

A SIMBIOSE PERIFÉRICA: GÊNERO E DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO DE HELEIETH SAFFIOTI

LA SIMBIOSIS PERIFÉRICA: GÉNERO Y DEPENDENCIA EN EL PENSAMIENTO DE HELEIETH SAFFIOTI

PERIPHERAL SYMBIOSIS: GENDER AND DEPENDENCY IN HELEIETH SAFFIOTI'S THINKING

Sylvia IASULAITIS¹
Gustavo GUIMARÃES²

RESUMO: O presente artigo enseja um resgate das contribuições da socióloga feminista brasileira Heleieth Saffioti às reflexões sobre dependência e relações de gênero – mais precisamente, sua compreensão a respeito da particularidade da opressão de gênero nos países dependentes. Assim, reconstruímos o cenário histórico e intelectual em que a autora se formou e produziu, esboçamos suas relações com este contexto e com os autores clássicos do pensamento social brasileiro. Recuperando esse diálogo, apresentamos sua visão da dependência e da formação social brasileira. E então, delineamos sua complexa análise da situação feminina no capitalismo dependente, ressaltando sua originalidade, criticidade e a relevância destes estudos para o debate contemporâneo sobre unidade entre opressões e conformações específicas das relações de gênero na periferia do sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Opressão de gênero. Capitalismo dependente. Sul Global. Pensamento social brasileiro. Heleieth Saffioti.

RESUMEN: *El presente artículo pretende rescatar las contribuciones de la socióloga feminista brasileña Heleieth Saffioti, sus reflexiones sobre dependencia y relaciones de género – más concretamente, su comprensión respecto a la particularidad de la opresión de género en los países dependientes. De ese modo, reconstruimos el escenario histórico e intelectual en el que la autora se formó y produjo, esbozamos sus relaciones con este contexto y con los autores clásicos del pensamiento social brasileño. Recuperando ese diálogo, presentamos su visión de la dependencia y de la formación social brasileña. Y entonces, describimos su complejo análisis de la situación femenina en el capitalismo dependiente, resaltando su originalidad, criticidad y la relevancia de estos estudios para el debate contemporáneo sobre unidad entre opresiones y conformaciones específicas de las relaciones de género en la periferia del sistema.*

PALABRAS CLAVE: *Opresión de género. Capitalismo dependiente. Sur Global. Pensamiento social brasileño. Heleieth Saffioti.*

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Doutora em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3526-1003>. E-mail: si@ufscar.br

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Pesquisador bolsista do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5116-5444>. E-mail: gustavognascimento9@gmail.com

ABSTRACT: *This article offers a review of the contributions of Brazilian feminist sociologist Heleieth Saffioti on dependency and gender relations, particularly her understanding of gender oppression in dependent countries. The study describes the historical and intellectual scenario where the author was educated and developed her work, discussing her relationships with the context and with classic authors of Brazilian social thought, presenting her view about dependency and the Brazilian social formation. Finally, Saffioti's complex analysis of the female situation in dependent capitalism was outlined, emphasizing its originality, criticism, and relevance to the contemporary debate on unity among oppressions and specific configurations of gender relations in the system's periphery.*

KEYWORDS: *Gender oppression. Dependent capitalism. Global South. Brazilian social thinking. Heleieth Saffioti.*

Introdução

A opressão de gênero é uma realidade objetiva e atinge as mulheres como categoria social. Não obstante, há determinantes distintos e contextos mais vulneráveis à opressão, isto porque as relações de gênero que fundamentam a opressão não existem em um vácuo, e sim em contextos sócio-históricos que conferem características diferenciadas à opressão. Assim como o modo de produção capitalista realiza-se de maneira específica em cada formação social (SAFFIOTI, 2013), também a opressão feminina apresenta suas singularidades. Neste sentido, a região da América Latina e do Caribe é considerada pela ONU Mulheres (2017) como a mais violenta do mundo para mulheres.

Os estudos sobre as peculiaridades da opressão de gênero em nações periféricas – atualmente genericamente referidas como o Sul Global – ainda são escassos. E é justamente sobre este importante – porém pouco discutido – aspecto do complexo fenômeno da opressão feminina que se centrará este artigo: as particularidades da opressão de gênero na América Latina e no Brasil.

Diversas explicações vêm sendo elaboradas para o fenômeno da opressão feminina; não obstante, empreenderemos tal tarefa a partir da categoria teórica de dependência, raramente acionada para explicar a nossa realidade recentemente. Para tanto, teremos como base a obra de Heleieth Saffioti, que foi uma exceção e também pioneira nesse quesito. A socióloga brasileira se propôs a descrever e explicar as peculiaridades da opressão de gênero nos países periféricos na maior parte de sua obra. Embora não sem limitações, Saffioti compreendia que raça, classe, gênero, sexualidade e nação (ou dependência) não eram eixos desvinculados de opressão, mas causa e consequência de um mesmo sistema. Seu aporte teórico é bastante original e, embora articulado ao arcabouço teórico geral da dominação-exploração de classe,



busca contribuir na direção de suprir a lacuna existente de uma teoria coerente e rigorosa da opressão feminina.

O fenômeno abrangente da opressão é aqui conceituado de forma rigorosa a partir da obra de Saffioti e, como tal, entendido como sendo a mescla de dominação e exploração. A dominação-exploração das mulheres como um único fenômeno se assenta em duas bases: 1) a político-econômica do regime patriarcal – que resulta na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos – e 2) o controle dos corpos e da sexualidade feminina – que resulta na sujeição sexual das mulheres e no controle de sua capacidade reprodutiva.

É possível identificar crescente interesse pela obra de Heleieth Saffioti, recentemente documentado por Bila Sorj e Anna Bárbara Araujo (2021) em dados estatísticos. Não obstante, a compreensão de Saffioti sobre a dependência brasileira, a relação desta para com a opressão de gênero e o capitalismo permanecem aspectos pouco explorados nesse contexto de retomada de seu pensamento. Foi ao estudo destas feições da produção teórica de Heleieth Saffioti que nossa pesquisa se dedicou, cujo objetivo é compreender sua contribuição no sentido de uma teoria da opressão de gênero sob o capitalismo dependente. Essa pesquisa se debruçou, principalmente, sobre os escritos de Saffioti entre as décadas de 1960 e 1980, onde os temas da dependência e de sua articulação com o capitalismo e a opressão de gênero estavam presentes de forma mais explícita, bem como em diversas entrevistas concedidas pela socióloga, aqui consideradas preciosidades.

Inicialmente analisamos seu entendimento da dependência e da formação social brasileiras, posteriormente enfocamos de maneira mais específica a articulação entre opressão de gênero e capitalismo dependente em sua obra. Por fim, conectamos suas ideias aos esforços contemporâneos de pensar gênero e dependência como elementos fundamentais do capitalismo brasileiro, em específico, e do Sul Global, em termos gerais.

A dependência em Saffioti

A categoria de dependência, por muito tempo esquecida pela teoria social e pelo debate público, ocupara na metade do século XX o centro dos debates sobre o capitalismo e a mudança social na América Latina (MARINI, 2005a). Uma das primeiras instituições responsáveis por defini-la e colocá-la em pauta fora a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, onde a dependência era entendida enquanto uma condição limitadora do desenvolvimento, causada pela vulnerabilidade do subcontinente latino-americano ao controle



externo (FURTADO, 1959; MARINI, 2010). O auge da formulação teórica sobre a dependência está, entretanto, na corrente que ficara conhecida posteriormente como Teoria Marxista da Dependência, ou TMD.

Teóricos da TMD – como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos – rejeitavam a concepção da dependência e do imperialismo enquanto agentes ou entes externos: estavam comprometidos em demonstrar que a própria reprodução ampliada interna do capitalismo no Brasil e na América Latina reforçava a dependência, na medida em que se sustentava na transferência de valor, na superexploração da força de trabalho e na cisão verificada no ciclo do capital entre a produção de mercadorias e as necessidades de consumo dos trabalhadores e trabalhadoras que as produziam. Cada um desses elementos favoreceria o fortalecimento dos demais: a transferência de valor da periferia para os centros pressionava a burguesia a se apropriar do fundo de consumo dos trabalhadores, o empobrecimento das massas favorecia uma produção capitalista voltada ao mercado externo ou ao consumo das classes altas, a necessária acomodação do capital interno a esse tipo de produção impedia a criação de uma produção voltada para as grandes massas que pudesse assumir um outro tipo de eixo de acumulação e enfrentar o domínio imperialista. Nesse sentido, não só a burguesia interna não estaria em contradição com o imperialismo como reproduziria sua própria subordinação às custas da pauperização dos trabalhadores; e todas as classes estavam fadadas a repetir tal ciclo vicioso não fosse a superação completa das relações capitalistas de produção. Nesta concepção, a dependência se relaciona à forma específica assumida pelo desenvolvimento capitalista nos países capitalistas subordinados, no contexto do capitalismo global (MARINI, 2005b; DOS SANTOS, 2000).

Saffioti fora profundamente influenciada por todas essas contribuições. Para ela, o capitalismo mundial é uma totalidade complexa que, embora tenha determinações universais, válidas para todas as suas manifestações, não é homogêneo (SAFFIOTI, 2013). Essas determinações essenciais “assumem em cada concreção singular [...], uma aparência necessária, derivada das condições específicas da vida de um povo” além disso, “o modo de produção capitalista realiza-se de maneira específica nas nações periféricamente integradas no capitalismo internacional” (SAFFIOTI, 1973, p. 84).

Para a autora, os países centrais do capitalismo são caracterizados, acima de tudo, pela sua maior capacidade de: 1) atenuar as tensões produzidas pelo modo capitalista de produção, exportando-as para a periferia e 2) absorver as massas populares para os setores capitalistas da economia – isto é, aqueles regidos diretamente por relações capitalistas de produção, onde a força de trabalho é comprada para valorizar o capital empregado pela burguesia mediante à



produção de mais-valia (SAFFIOTI, 2013; 1978; 1977; 1976; 1973). Nos países dependentes, verifica-se o contrário: as contradições do sistema – como a desigualdade de renda e a pauperização – seriam mais explícitas e intensas, não podendo ser exportadas; e uma quantidade muito maior das massas populares estaria concentrada em setores não-capitalistas da produção, no exército industrial de reserva e/ou desempregados – característica também reconhecida pela TMD (MARINI, 2005c).

Para a socióloga, bastante inspirada por Celso Furtado (1959) e Caio Prado Jr. (1966), a formação social brasileira nascera capitalista, ainda que apenas parcialmente: produzia produtos primários para o exterior e possuía como classe dominante empresários capitalistas que visavam o lucro, embora predominassem relações de trabalho escravistas e uma estrutura social formalmente organizada em castas, em uma “ordem senhorial-escravocrata” ou “capitalismo escravista” (SAFFIOTI, 1976, p. 16). A constituição plena do modo de produção capitalista no Brasil teria se dado no pós-abolição, com a generalização do trabalho assalariado. Esta concepção é também similar a formulações de Fernandes (1976), Cardoso (1977) e Ianni (1962).

Após o fim da colonização, consolida-se “uma nova forma de dependência, traduzindo-se esta essencialmente pelos laços comerciais que atavam o país ao centro hegemônico do bloco ocidental de então”, em um primeiro momento a Inglaterra (SAFFIOTI; ACKERMAN, 1973, p.86). Depois da crise da economia agroexportadora que culminou na Revolução de 30, a industrialização teria transformado o capitalismo brasileiro em um capitalismo urbano-industrial, capaz de crescer economicamente, porém nos “limites permitidos pela lógica do sistema capitalista internacional”; ou seja, enquanto capitalismo dependente (SAFFIOTI; ACKERMAN, 1973, p. 88). Com o “esgotamento do processo de substituição de importações” (SAFFIOTI; ACKERMAN, 1973, p. 87), nos anos 1950, e em um contexto de redefinição da Divisão Internacional do Trabalho,

[...] o Brasil sofre maciça penetração de investimentos estrangeiros. Do ponto de vista da relação de dependência, a mudança fundamental é que ela se caracterizará, progressivamente, mais como tecnológica e de capitais que como comercial. Pouco a pouco toma corpo o que habitualmente se chama de internacionalização do mercado interno (SAFFIOTI; ACKERMAN, 1973, p. 87).

Para Saffioti (2013; 1985) a dependência é uma constante na formação social brasileira, passando pela colonização, pelo Império e pela República, e assumindo diversas conformações durante cada um desses períodos. O que eles teriam em comum seriam os aspectos definidores



da dependência – a subordinação econômica e a penetração do capitalismo de fora, a heteronomia.

Foi possível constatar que, de acordo com os materiais aos quais tivemos acesso durante a pesquisa, o termo capitalismo dependente, próprio da Teoria Marxista da Dependência, é citado textualmente pela primeira vez por Saffioti em um texto de 1973, seguido de uma nota de rodapé crítica, chamando-o de “insatisfatório” e referenciando, em seguida, textos de Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso (SAFFIOTI; ACKERMAN, 1973, p. 12). Já em textos dos anos 1980 (SAFFIOTI, s/d; 1985), Saffioti utiliza o termo sem ressalvas, especialmente em um artigo de 1985. Entretanto, a referência é à ideia de capitalismo dependente-associado de Fernando Henrique Cardoso:

Se a este cruzamento das contradições de sexo e de classes se somar o fato de o Brasil ter sido penetrado de fora pelo capitalismo, só podendo desenvolver o “capitalismo associado”, dependente do centro hegemônico do sistema capitalista internacional, a situação da mulher ainda se agrava mais. (SAFFIOTI, 1985, p. 137).

Nesse trecho de um texto de 1985 há algo curioso. Embora citando a teoria de Cardoso, Saffioti apresenta as conclusões da Teoria Marxista da Dependência. Cardoso fazia parte de uma outra corrente teórica que também buscou pensar a dependência latino-americana (CARDOSO; FALETTO, 1984). Porém, para essa corrente, é plenamente possível superar a condição de dependência dentro do capitalismo, dado o contexto favorável e as relações corretas entre classes e grupos. Saffioti, entretanto, reafirma que o único capitalismo possível no Brasil é o capitalismo dependente, assim como autores como Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Essa posição está presente em diversas passagens:

[...] os países periféricamente integrados no sistema capitalista internacional estão sujeitos, em virtude de sua própria condição de dependentes, a serem diminuídos, se não praticamente anulados, seus esforços de independentização (possibilitados por certas conjunturas internacionais) nos momentos de recomposição do referido sistema mundial (SAFFIOTI, 2013, p. 223).

[...] as sobrevivências da “sociedade tradicional” brasileira não fazem senão auxiliar a realização histórica do capitalismo no Brasil da maneira como o permite a condição de país periféricamente integrado no sistema capitalista internacional (SAFFIOTI, 2013, p. 343).

[...] não há lugar para a hipótese de que, num futuro próximo ou remoto, as sociedades em que hoje ocorrem as realizações “periféricas” do capitalismo venham a atingir o desenvolvimento, entendido este como a realização do tipo macro-estrutural para o qual tendem (SAFFIOTI, 1973, p. 161).



Essas ideias não estão presentes na maior parte da escola uspiana de sociologia, da qual Cardoso é expoente, e na maioria dos autores citados por Saffioti. Entretanto, estão presentes em Florestan Fernandes (1975) – sobretudo sua fase madura – e não seriam estranhas a Saffioti, que conviveu diretamente com os formuladores da vertente marxista da dependência. Ela reconhece essa influência plenamente em entrevistas, referindo-se, ainda, criticamente a Fernando Henrique Cardoso:

H.S.: [em resposta a pergunta sobre a influência da CEPAL] Depois do golpe [de 1973] no Chile, eu tinha muito contato com o pessoal que havia se exilado no Chile e quando houve o golpe contra o Allende foram para o México. Eram a Vânia Bambirra, o marido dela na época, o Dr. Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, eu ia muito ao México naquela época. Então eu conhecia tudo que dizia respeito à CEPAL, mas, antes [dessa época da década de 70; durante a redação de *A mulher na sociedade de classes*]? Só pode ter sido pelo Fernando Henrique e pela Ruth (Cardoso) porque quando eles moraram no Chile a biblioteca deles ficou na minha casa. Eu não gosto dele, tanto que eu nunca votei nele. Outro dia houve homenagem de feministas à Ruth e me pediram que eu falasse e dei umas diretas nele! Disse que eu gostaria de falar sobre aquilo que a Ruth não foi, não porque não pudesse, mas porque não quis. Ela não quis ser estrela. Mas ela fazia uma pesquisa honesta e correta. Por quê? Porque FHC e Serra plagiaram a teoria da dependência que foi de Ruy Mauro Marini. E como eu sei disso? Exatamente porque o Theotônio dos Santos, a Vânia e o Ruy Mauro, estavam exilados no México e eu ia muito lá (SAFFIOTI, 2008, p. 289).

Essa convivência muito próxima com os autores listados está também citada em Bambirra (1991, p. 79), onde Vânia chama Heleieth de “amiga” e narra experiências que tiveram juntas, incluindo o início da organização em parceria de um livro em Cuba, de entrevistas e reflexões sobre as mulheres e a revolução socialista na América Latina, para o qual Saffioti faria a introdução, mas que jamais fora publicado (BAMBIRRA, 1991).

De qualquer forma, Saffioti compartilhava com o grupo o ceticismo quanto às possibilidades de superação da dependência dentro do capitalismo e quanto ao que o desenvolvimento capitalista dependente poderia oferecer aos trabalhadores. Isso está refletido profundamente em sua forma de compreender a opressão de gênero: assim como, para os autores marxistas da dependência, os problemas fundamentais das massas latino-americanas eram derivados do capitalismo e não de sua ausência – e o desenvolvimento capitalista significava mais dependência –; para Saffioti, a opressão das mulheres na modernidade não era fruto do pré-capitalismo nem resquício de modos de produção anteriores, mas precisamente alimentada pelo desenvolvimento capitalista, e mais capitalismo só poderia significar mais opressão para as mulheres trabalhadoras. Mais do que tudo, as conclusões políticas que decorrem de *A mulher na sociedade de classes* (2013) são como um manifesto feminista anti-



desenvolvimentista e socialista, voltadas a “afastar a ideia [sic] de que o desenvolvimento do capitalismo constitui a solução para o problema feminino” (SAFFIOTI, 1979, p. 12).

As relações de gênero sob o capitalismo dependente, conforme Saffioti

A consciência da dependência em que, desde seus inícios, a formação econômico-social capitalista se vem constituindo no Brasil e dos limites que a estrutura internacional de poder impõe à sua realização nos níveis alcançados pelas sociedades de consumo de massas constitui o ponto inicial para a compreensão dos papéis sociais que homens e mulheres vêm desempenhando na sociedade brasileira desde os seus primórdios (SAFFIOTI, 2013, p. 229).

Em sua obra, Saffioti preocupa-se em descrever e explicar a opressão de gênero no capitalismo contemporâneo, recorrendo para isso à história das formações sociais que o compõem. Seu esforço é o de captar as determinações gerais da subordinação feminina na modernidade, válidas para todas as formações sociais capitalistas; e suas determinações particulares, que variam em decorrência da história e características econômicas e culturais específicas de cada povo e local, e, principalmente, da posição ocupada por essas formações sociais na acumulação capitalista a nível global, ou seja, na Divisão Internacional do Trabalho. É aí que se insere a articulação entre relações de gênero e dependência (SAFFIOTI, 2013).

Para a socióloga, o fenômeno da opressão feminina não pode ser compreendido apenas em sua dimensão ideológica e cultural – trata-se de desvendar quais mecanismos sociais possibilitam a reprodução continuada dessa opressão e quais interesses materiais movem esses mecanismos. Nesse sentido, a raiz do sexismo sob o capitalismo estaria na marginalização ou integração periférica das mulheres a este modo de produção e os benefícios que o próprio sistema – e os principais interessados em sua manutenção, a classe burguesa – recolheriam desta situação (SAFFIOTI, 2013; 1973).

Há diferenças sensíveis na maneira pela qual a autora formula essa questão ao longo de sua obra. Entretanto, no geral Saffioti acentua a incapacidade e o desinteresse que o modo de produção capitalista teria em transformar todas as pessoas das classes subordinadas em trabalhadoras subordinadas diretamente ao capital: responsáveis por adicionar valor novo ao capital ou torná-lo mais rentável, em relações de trabalho onde o produto da labuta não pertence à sua produtora ou ao seu produtor, mas ao capitalista. O fundamento dessa incapacidade estaria, primeiramente, na tendência do capital a incorporar uma proporção menor de força de trabalho, em relação aos meios de produção, conforme o desenvolvimento das forças produtivas possibilita uma produção igual ou maior de mercadorias no mesmo tempo com menos



trabalhadoras e trabalhadores empregados. Por outro lado, a massa de trabalhadoras e trabalhadores desempregados ou em relações de produção não-capitalistas – como a produção artesanal, camponesa e a prestação de serviços individuais –, serviria como um exército de reserva para a produção diretamente capitalista, podendo ser absorvida em momentos de crescimento, contribuir para o rebaixamento dos salários e direitos dos trabalhadores dos setores capitalistas, ou fornecer um tipo de exploração que beneficia esses setores mesmo estando localizada fora deles (SAFFIOTI, 2013; 1978).

A opressão feminina, ao deslocar uma grande quantidade de mulheres para o trabalho doméstico dentro do lar, para o desemprego ou para relações de trabalho não-capitalistas, protegeria o sistema de tensões que ele não poderia suportar caso todos os seus membros despossuídos reivindicassem um lugar no mercado de trabalho formal capitalista – isso explicaria a manutenção e promoção desta opressão por parte do capital. Além disso, o recurso à naturalização das relações sociais representado pelo sexismo desviaria do sistema a crítica, identificando suas falhas como incapacidades naturais de certos grupos (SAFFIOTI, 2013).

Em seus textos do final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, especialmente *A mulher na sociedade de classes* ([1969] 2013), Saffioti detém-se primordialmente sobre o papel que o confinamento feminino ao trabalho doméstico, de reprodução e de socialização no lar teria para evitar a explicitação das contradições do capitalismo; reforçando que tal sistema teria incentivado esse confinamento conforme seu desenvolvimento o tivesse feito prescindir cada vez mais do trabalho produtivo feminino. Para isso, a autora recorre à comparação entre a participação das mulheres na produção de bens durante e antes do advento do modo de produção capitalista. Neste contexto, Saffioti também ressaltava como a sociedade burguesa só permitiria às mulheres trabalhadoras o trabalho remunerado fora do lar se reunissem certas condições – extrema necessidade econômica, estado civil favorável e juventude –, e ainda assim, mantendo o trabalho não-remunerado no lar.

Durante esse período de sua obra, a dependência comparece como um fator de agudização do fundamento material da opressão feminina no capitalismo – a integração periférica ao sistema produtivo – nos países dependentes, para possibilitar, em contrapartida, uma atenuação desse mesmo determinante dos países centrais. Essa atenuação explicaria “o maior número de liberdades desfrutadas pelas mulheres dos países altamente desenvolvidos” (SAFFIOTI, 2013, p. 193). Para Saffioti (2013, 1973), entretanto, seria exatamente a subordinação e a transferência de riqueza dos países periféricos aos países centrais o possibilitador dessa diferença. A autora afasta, então, a possibilidade de universalização desses benefícios das mulheres dos países imperialistas – a maior participação feminina na população



economicamente ativa e o maior número de direitos reprodutivos – para todo o mundo capitalista.

Em relação ao Brasil, Saffioti recupera a história da formação social para ressaltar como, assim como no caso das mudanças, as permanências econômicas e sociais advindas do período colonial se fazem acompanhar de permanências na tradição e na cultura. Assim, o pesado sexismo e racismo da sociedade escravocrata – necessário para a reprodução econômica e social de tal ordem, fundamentada no papel dominante do latifundiário patriarca e na exploração e desumanização de homens e mulheres negras diante da subordinação nacional ao mercado capitalista mundial –, continuaria presente pelo novo papel que viria a cumprir em uma sociedade capitalista em “plena constituição” e dependente que, para a autora, expulsava as mulheres da economia pública e se construía com a combinação de formas modernas e arcaicas de exploração que, nunca contraditórias, sustentavam-se mutuamente. Também expõe os dados sobre a redução da participação feminina no setor secundário do final do século XIX até meados do século XX como comprovação de sua tese do alijamento acentuado das mulheres da produção capitalistas nos países dependentes: em sua opinião, causado sobretudo pelo fenômeno da importação intensa de tecnologia estrangeira “poupadora de força de trabalho” (SAFFIOTI, 2013, p. 335-340).

E, deste modo, a marginalização da força de trabalho feminina, muitas vezes explicada quase exclusivamente em função de preconceitos e remanescentes de uma “sociedade tradicional” e do pequeno grau de desenvolvimento econômico, apresenta-se como decorrência da plena constituição das relações capitalistas de produção [...]. As justificativas do padrão doméstico de mulher fornecidas pela “mentalidade tradicional” não constituem, deste ângulo, fatores de atraso da economia brasileira e retardadores de seu desenvolvimento. Ao contrário, mesmo na fase em que poderia ser mais elevado o nível de emprego e, conseqüentemente, maior o aproveitamento da mão de obra feminina, a condição de país de economia dependente determinou um subaproveitamento do fator força de trabalho no Brasil. A marginalização de enormes contingentes femininos do sistema produtivo de bens e serviços favoreceu, evidentemente, a acumulação capitalista (SAFFIOTI, 2013, p. 341-343).

Nesses termos, Saffioti delinea como a situação específica das mulheres sob o capitalismo dependente – marginalizadas de uma estrutura incapaz de terceirizar suas contradições ou resolver seu problema de excesso de mão de obra – exigiria ferramentas ideológicas mais brutais e explícitas de dominação feminina. Este seria o caso do machismo latino-americano:

[...] nas áreas subdesenvolvidas em geral, e especialmente nas nações latino-americanas, o complexo cultural do machismo, vigendo ostensivamente,



expõe mais cruamente a posição subalterna da mulher. Isto não significa, de modo algum, que o comportamento do machão seja o responsável pela reduzida participação feminina na população economicamente ativa destes países, mas sim que as técnicas de dominação das mulheres e as justificativas de sua expulsão do mercado de trabalho são mais rudes e menos refinadas que nas nações desenvolvidas (SAFFIOTI, 1973, p. 154).

A partir de meados da década de 1970, em um contexto de relativo avanço do emprego feminino nos países centrais, Saffioti passa a se preocupar mais intensamente com o tema da articulação entre o modo de produção capitalista e as relações de trabalho não-capitalistas, refletindo sobre como a marginalização feminina da estrutura produtiva também poderia se expressar em sua presença mais significativa nesses setores da economia (SAFFIOTI, 1976; 1977; 1978). Nos países dependentes, esses “bolsões pré-capitalistas” possuem um “peso relativo muito maior” na economia (SAFFIOTI, 1977, p. 33).

Para a autora, crítica às concepções de Poulantzas (1972 apud SAFFIOTI, 1977) nesse quesito, a coexistência entre diferentes modos de produção em uma mesma formação social é impossível. O que se verifica, porém, é a subordinação das relações de produção não-capitalistas à dinâmica do modo de produção capitalista, com estas perdendo sua autonomia e dependendo das necessidades desse último para se reproduzir. O capitalismo recriaria constantemente tais relações de produção não-capitalistas em seu interior, precisamente porque o intercâmbio com elas o beneficiaria, permitindo uma maior exploração (ou expropriação) das trabalhadoras ou dos trabalhadores desses setores, sem preocupar-se em garantir sua reprodução. Por outro lado, em períodos de expansão, os setores capitalistas poderiam absorver essa força de trabalho para cuja “[para cuja] formação nunca fizeram nenhum investimento” (SAFFIOTI, 1977, p. 29, tradução nossa). Esse seria o caso do trabalho reprodutivo no interior da família:

Os serviços que são desempenhados – geralmente por mulheres – na família são destinados à produção diária da força de trabalho do(a) trabalhador(a), assim como à reprodução desta força de trabalho. Embora esse trabalho se dedique à produção de uma mercadoria, a força de trabalho, que é indispensável para o funcionamento do modo de produção capitalista; a organização dentro do grupo familiar não assume uma forma capitalista, isto é, contratual (SAFFIOTI, 1977, p. 33, tradução nossa).

Já que não é um empreendimento capitalista, a família investe na produção da força de trabalho – uma mercadoria no mercado de trabalho – sem receber por isso nenhuma compensação monetária. Em outras palavras, a família (acima de tudo seus membros femininos) produz uma mercadoria que não pode comercializar. [...] O trabalhador que é produzido desta maneira irá beneficiar apenas aqueles que, sendo proprietários de um empreendimento capitalista, são capazes de oferecer-lhe um emprego. O preço de produzir e reproduzir a



força de trabalho não entra no sistema de contabilidade da sociedade capitalista (SAFFIOTI, 1977, p. 33, tradução nossa).

Dessa forma, a produção permanente das condições que permitem a reprodução do capital em sentido estrito depende de uma instituição – a família – onde as relações pessoais e a produção doméstica são predominantes. Por meio da mobilização de trabalho não-pago, especialmente feminino, essa instituição é mais econômica do que qualquer outra para o propósito de fornecer ao capitalismo a força de trabalho de que necessita (SAFFIOTI, 1977, p. 31, tradução nossa).

Portanto, a família seria uma instituição altamente adaptada e funcional ao modo de produção capitalista não apesar, mas especialmente pelo fato de não ser organizada em moldes capitalistas.

O trabalho doméstico não-remunerado não seria, porém, o único “bolsão pré-capitalista” mediante o qual o capital poderia se beneficiar da exploração acentuada do trabalho feminino. Segundo Saffioti (1977, p. 33, tradução nossa), nos países centrais, “[...] dada a própria hegemonia econômica e política exercida por essas regiões, as mulheres possuem oportunidades muito maiores para realizar atividades organizadas dentro das normas capitalistas”. Porém, nos países dependentes, há uma miríade de atividades organizadas de forma não-capitalista sendo constantemente produzidas pela enorme concentração de renda e pela menor capacidade de absorção de força de trabalho dos setores capitalistas dependentes. Estas atividades estão presentes no campo e no ambiente urbano – neste, a autora os identifica como tendo mais expressão no setor de serviços, especialmente o “baixo terciário”, onde se concentram muitas mulheres que não teriam “outra alternativa [...] senão a busca do exercício de atividades econômicas nos setores não organizados em moldes capitalistas” (SAFFIOTI, 1978, p. 187). Um setor que despertara maior interesse da autora, tanto por sua quase total composição feminina, quanto por seu agigantamento nos países dependentes latino-americanos, fora o emprego doméstico (remunerado) – tema de seu livro *Emprego doméstico e capitalismo* (1978). A socióloga explica e define as relações envolvidas neste tipo de trabalho:

[...] as atividades desenvolvidas por empregadas domésticas em residências particulares não se caracterizam como capitalistas. Com efeito, não se encontram elas subjugadas ao capital, mas são remuneradas diretamente pela renda pessoal. Os mesmos serviços domésticos desempenhados em bares, restaurantes, hotéis, incluem-se no setor capitalista da economia, subordinando seus agentes diretamente ao capital. Esta diferença é crucial para caracterizar as atividades de empregadas domésticas como não-capitalistas, ainda que tenham sido engendradas pelo capitalismo. Remuneradas pela renda pessoal, as domésticas executam tarefas cujo «produto», bens e serviços, são consumidos diretamente pela família empregadora, não circulando pelo mercado para efeito de troca com o objetivo de lucro (SAFFIOTI, 1978, p. 191).

As empregadas domésticas – hoje em dia, em grande parte negras – seriam as responsáveis, sobretudo no capitalismo dependente, por parte da reprodução biológica e social de extensas camadas da população – sendo, por isso, indispensáveis à lógica do sistema. Entretanto, sua exploração não se daria em moldes tipicamente capitalistas, o que permitiria que a precarização as atingisse com mais força. Saffioti também as identificava como parte do exército de reserva, “mobilizáveis para o trabalho no setor capitalista de atividades econômicas” quando se fizesse necessário (SAFFIOTI, 1978, p. 191).

Na época de escrita do texto, o feminismo marxista dos EUA e da Europa passava pelo que ficou posteriormente conhecido como a polêmica do trabalho doméstico³. Discutia-se, sinteticamente, o papel do trabalho doméstico no capitalismo. Saffioti ressaltava que o foco deste debate, entretanto, estava no trabalho doméstico não-remunerado desempenhado pelas donas de casa no lar – os países centrais não possuíam um setor expressivo de prestação de serviços domésticos remunerados (SAFFIOTI, 1978, p. 193).

Nos países dependentes, e principalmente no Brasil, a situação era totalmente diferente: a concentração de renda possibilitava às mulheres das classes altas assalariar mulheres pobres, terceirizando assim as funções domésticas que a sociedade lhes incumbia de cumprir. Essas mulheres pobres, por sua vez, eram empurradas ao trabalho remunerado fora do lar pela absoluta necessidade econômica e o alto custo de vida característico dos países dependentes; sem, no entanto, encontrar espaço nos setores capitalistas das atividades econômicas. Submetiam-se, portanto, a um tipo de ocupação de baixa remuneração e onde toda sorte de violações de direitos acontecia. Desta forma, o “caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (SAFFIOTI, 1978, p. 192) determinava uma forma específica de realização do trabalho doméstico, e uma ampla concentração das mulheres nas atividades não organizadas em moldes capitalistas que era o sustentáculo de seus menores direitos nas esferas política, trabalhista e reprodutiva, e também do machismo, entendido como forma particular da ideologia sexista sob a dependência. A superação desta condição pressupunha uma completa alteração da estrutura produtiva e econômica do país que revertesse os altos níveis de desemprego e de concentração de renda – em outras palavras, superasse a dependência. A magnitude do emprego doméstico nos países latino-americanos é também explicada como determinação particular do desenvolvimento capitalista dependente por Vânia Bambirra (s/d).

³ Uma síntese crítica deste debate está em Ferguson (2020).



Por fim, há a questão do trabalho feminino produtivo sob o capitalismo dependente e suas determinações particulares. O censo realizado pelo IBGE em 1970 e nas décadas posteriores demonstrou um crescimento bastante expressivo do emprego feminino em quase todas as áreas, mas principalmente àquelas ligadas à indústria capitalista. Embora os temas do emprego industrial feminino, sua instabilidade e seus baixos salários já tivessem sido tematizados em outras obras de Saffioti (1978, 2013), nos anos 1980 eles ganham maior centralidade em seu quadro explicativo. Em *Força de trabalho feminina: no interior das cifras* (1985), Saffioti apresenta sua teorização sobre a simbiose entre patriarcado e capitalismo, analisando as interconexões entre produção e reprodução. Nesse quesito, verifica-se a forte influência da corrente feminista materialista francesa nas formulações de Heleieth Saffioti, representada por autoras como Danièle Kergoat, Dàniele Combes e Monique Haicault.

De acordo com a socióloga feminista, há um cruzamento entre reprodução e produção que torna a reprodução presente na produção e a produção presente na reprodução – em outros termos, as relações de classe atravessam a família e as relações sociais de sexo também atravessam o terreno da produção capitalista. Tanto o patriarcado quanto o capitalismo teriam uma dimensão econômica, social e cultural, reproduzindo-se, entretanto, como um só sistema. Neste sentido, “não se pode separar as mulheres na esfera da reprodução e os homens na esfera da produção, porquanto ambos são agentes sociais nos dois domínios, reproduzindo-se em ambas as esferas a divisão sexual do trabalho” (SAFFIOTI, 1985, p. 103). A associação das mulheres com a reprodução se refletiria em sua exploração tanto dentro quanto fora do lar e da família.

Ao verificar, concomitantemente ao processo de expansão do emprego industrial feminino no Brasil, um intenso aumento da discriminação salarial entre homens e mulheres e a concentração destas nos postos mais baixos das fábricas, Saffioti associa o capitalismo dependente não só com a maior magnitude dos setores não-capitalistas e a precarização do trabalho feminino que se verifica neles, mas também com o mais alto grau de exploração que vivenciam as mulheres trabalhadoras (especialmente pobres e não-brancas) dos países dependentes, em relação às mulheres dos países centrais, no próprio setor capitalista da economia. Estas, além disso, passam a compartilhar a inserção no sistema produtivo com a inserção no trabalho não-remunerado no lar, acumulando duas jornadas de trabalho – ou então, assalariando outras mulheres, empregadas domésticas com salários ainda mais baixos. Por todos os lados, o capitalismo dependente marcaria a experiência de opressão das mulheres no Brasil.



Dada a simbiose patriarcado-capitalismo, entretanto, a meta da maximização do lucro é mediada pela supremacia masculina. E é desta forma que, pela via da subordinação da mulher ao homem e pela alocação prioritária da mulher aos aparelhos de reprodução, o patriarcado-capitalismo garante, simultaneamente, a reprodução da família trabalhadora e explora em grau mais intenso a força de trabalho feminina, quando dela necessita e nas proporções em que dela precisa. [...].

Enquanto perdurar o sistema patriarcado-capitalismo, homens e mulheres jamais serão socialmente iguais. Disto resulta que a incorporação da força de trabalho feminina apresentará sempre características específicas [sic], nos quais poderá ser reconhecida toda sorte de discriminações (SAFFIOTI, 1985, p. 138).

O tema da simbiose entre patriarcado e capitalismo – e, mais ainda, entre patriarcado, capitalismo e racismo – será ainda mais explorado no livro *O poder do macho* (1987) e nas obras posteriores de Heleieth Saffioti.

Considerações finais: a simbiose periférica

Saffioti se propôs a descrever e explicar as peculiaridades da opressão de gênero nos países periféricos na maior parte de sua obra. Entretanto, as discussões sobre a unidade entre produção e reprodução, e sobre a determinação mútua entre gênero e dependência, começaram a se fazer cada vez mais escassas a partir dos anos 1980; de modo que poucas autoras e autores latino-americanos elaboraram teorias nesse sentido depois de Saffioti até antes do começo dos anos 2000. Esse quadro mudou recentemente, com o ressurgimento do feminismo-marxista e o resgate da Teoria Marxista da Dependência e da obra de Saffioti.

Assim, tem-se ressaltado como categorias como transferência de valor, cisão entre as esferas de circulação, subimperialismo, agigantamento da superpopulação relativa e – principalmente – superexploração do trabalho ajudam a explicar os traços distintivos das relações de gênero sob dependência, se articuladas com um quadro teórico feminista-marxista, com autoras como Díaz Lozano e Félix (2020), Teixeira e Zorgetz (2020), Costa e Nogueira (2019), Bittencourt (2014), Cecenã (1983). Conforme Teixeira e Zorgetz (2020):

No continente [latino-americano] e nos países dependentes em geral, as mulheres costumam ser trabalhadoras de reprodução doméstica e também assalariadas, ou participam de alguma atividade laboral na esfera pública. Essa distorção tem impacto direto nas condições de reprodução da família e, portanto, trazem custos diretos ao acréscimo da exploração das mulheres na esfera doméstica, seu peso em camadas específicas do exército de reserva, como também na necessidade de cumprir duplas ou triplas jornadas de trabalho (TEIXEIRA; ZORGETZ, 2020).

Bittencourt (2014, p. 68) ressalta como o trabalho das mulheres na América Latina se caracteriza por “uma maior intensidade do ritmo produtivo, a menor remuneração, a ocupação em postos marginalizados ou subempregos, a dupla jornada de trabalho” e a responsabilização feminina por “funções que deveriam ser prestadas pelo Estado Social (creches, educação, cuidados, lavanderias, restaurantes)”. Essas trabalhadoras, por sua vez, são em sua maioria negras ou indígenas.

Nesse sentido, Saffioti contribui para a apreensão da realidade latino-americana em sua totalidade, evitando a fragmentação entre opressões e exploração capitalista, ao invés disso, recorrendo à unidade contraditória e complexa entre reprodução social e produção. Saffioti contribui decisivamente para isso ao pensar em uma simbiose – e depois “nó” – entre patriarcado, racismo e capitalismo que se manifesta de forma particular na periferia desse único sistema.

As contribuições da atual Teoria (Marxista) da Reprodução Social (TRS) prosseguem nessa direção, ao argumentar que não se trata exatamente de três ou mais opressões com lógicas próprias de dominação e exploração econômica, que se codeterminam e fundem-se. Incorporando críticas do feminismo negro, *queer* e de outras correntes, a TRS argumenta que, na realidade, é a relação contraditória entre acumulação capitalista e reprodução social que sedimenta as bases da exploração e de todas as opressões: “Do ponto de vista do capital, a reprodução social da força de trabalho é simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação” (VOGEL, 2013, p. 156, tradução nossa). Tanto o trabalho doméstico não-remunerado no lar quanto a exploração do baixo valor da força de trabalho feminina no âmbito produtivo são momentos dessa relação, da necessidade capitalista de produzir e erodir a vida simultaneamente. A opressão feminina na modernidade, então, está relacionada à sistêmica desvalorização da reprodução social pelo capital – reprodução que, por sua vez, é demarcada enquanto responsabilidade feminina. Espaços de reprodução não-patriarcais, como as famílias chefiadas por mulheres negras ou pessoas LGBT, ou os dormitórios femininos de fábricas, também são essenciais à lógica da acumulação capitalista, assim como o trabalho feminino extraluar: a forma familiar heteronormativa é predominante por sua alta eficiência em produzir uma vida explorável de forma geracional e barata. Mas sexismo, racismo, LGBTfobia e dominação de classe são produto e (re)produtores de uma mesma matriz material (FERGUSON, 2020; LEWIS, 2016).

A articulação entre o pensamento de Saffioti, a TMD e a TRS constitui um poderoso ferramental teórico que ainda foi pouco explorado em conjunto. Tal conjunção pode nos revelar, por exemplo, que a experiência das trabalhadoras femininas no capitalismo dependente está



marcada por uma superexploração do trabalho, que se caracteriza por uma apropriação ainda mais deletéria de seu fundo de vida, já que, além de receberem um pagamento de sua força de trabalho que é inferior ao seu valor real, como a maioria dos trabalhadores masculinos latino-americanos, esse valor real já se constitui como inferior ao masculino por seus determinantes históricos e sociais; e além disso, seu tempo de descanso e reposição de energias é constantemente utilizado para o trabalho de produção e reprodução da própria força de trabalho a ser explorada pelo capital dependente e internacional.

Além da reprodução da força de trabalho explorada diretamente pelo capital, é colocado como obrigação ou dever moral dessas trabalhadoras a reprodução da vida de extensos setores da própria burguesia e pequeno-burguesia por meio do emprego doméstico; e, sobretudo, a reprodução de uma superpopulação relativa maior do que nos países centrais, majoritariamente composta por mulheres, crianças, pessoas negras e indígenas, e pessoas LGBT – grupos sistematicamente eliminados pela violência estatal e civil em nossa região, a serviço da acumulação capitalista dependente. A própria superexploração e sua intensificação – que se expressa não só no menor acesso aos bens de consumo individuais, mas também na redução dos bens de consumo coletivo oferecidos pelo Estado –, acrescida da magnitude da população que está fora da produção diretamente capitalista, determina uma reprodução social extremamente precarizada para as pessoas trabalhadoras na América Latina e no Caribe – o que, como Bhattacharya (2019) ressalta – é capaz de produzir violências intensas sobre as mulheres e as demais pessoas com as quais a reprodução da vida é associada, justamente porque estas últimas são responsabilizadas pelas incapacidades do sistema.

Por fim, as questões da cisão entre as esferas de circulação e da altíssima concentração de renda no subcontinente se manifestam em “experiências cindidas” de gênero entre as pessoas que pertencem ao mesmo gênero ou identidade sexual advindas das classes altas – estratos superiores da pequeno-burguesia e burguesia – e estas mesmas da população trabalhadora; de forma mais intensa dos que nos países centrais. O contraste entre a mulher burguesa e as mulheres trabalhadoras não-brancas responsáveis pela reprodução social da família da primeira via emprego doméstico é o exemplo mais ilustrativo.

AGRADECIMENTOS: ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa, no período de 09/2020 a 09/2021.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, V. **Memorial**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1991.
- BAMBIRRA, V. **A propósito del “Año Internacional de la Mujer”**. s/d (mimeo).
- BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. **Marx e o Marxismo**, v. 7, n. 12, jan./jun. 2019.
- BITTENCOURT, N. A. **Gênero, trabalho e direito na América Latina**: a superexploração das mulheres trabalhadoras nos países dependentes. 2014. 106f. Monografia de Graduação – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- CECEÑA, A. E. Fuerza de trabajo femenina y explotación capitalista. **Cuadernos CIDAMO**, México, n. 11, 1983.
- COSTA, R. G.; NOGUEIRA, L. A. Os elementos estruturantes do capitalismo na América Latina e as mulheres. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16, 2019, Brasília. **Anais** [...] Brasília, DF: CBAS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em: 29 out. 2021.
- DÍAZ LOZANO, J. A. D.; FÉLIZ, M. Reproducción de la vida, superexplotación y organización popular en clave feminista: una lectura desde Argentina. **Cuestiones de Sociología**, n. 23, e101, 2020. Disponível em: <https://www.cuestionessociologia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/CSe101>. Acesso em: 24 out. 2022.
- DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FERGUSON, S. J. **Women and Work**: Feminism, Labour, and Social Reproduction. Londres: Pluto Press, 2020.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: DIFEL, 1962.



LEWIS, H. **The Politics of Everybody**: Feminism, Queer Theory and Marxism at the Intersection. Londres: Zed Books, 2016.

MARINI, R. M. Desenvolvimento e dependência. *In*: MARINI, R. M.; STEDILLE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: MARINI, R. M.; STEDILLE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. *In*: MARINI, R. M.; STEDILLE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

MARINI, R. M. A crise do desenvolvimentismo. *In*: CASTELO, R. (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

ONU MULHERES. **Região da América Latina e do Caribe é a mais violenta do mundo para mulheres, diz ONU**. 22 nov. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/regiao-da-america-latina-e-do-caribe-e-a-mais-violenta-do-mundo-para-as-mulheres-diz-onu/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SAFFIOTI, H. I. B. Trabalho Feminino e Capitalismo. *In*: CONGRESS OF ETHNOLOGICAL AND ANTHROPOLOGICAL SCIENCES, 9., 1973, Chicago. **Proceedings** [...]. Chicago, 1973.

SAFFIOTI, H. I. B. Women, Mode of Production, and Social Formations. **Latin American Perspectives**, v. IV, n. 12-13, 1977.

SAFFIOTI, H. I. B. A mulher sob o modo de produção capitalista. **Contexto**, São Paulo, n. 1, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. I. B. O fardo das brasileiras – de mal a pior. *In*: Revista **Escrita/Ensaio, Mulher brasileira: a caminho da libertação**, São Paulo, Ano III, n. 5, p. 10-39, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Entrevista com Heleieth Saffioti. *In*: MÉNDEZ, N. P. **Com a palavra, o segundo sexo**: Percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



SAFFIOTI, H. I. B. **O trabalho feminino sob o capitalismo dependente**: opressão e discriminação. s/d (mimeo).

SAFFIOTI, H. I. B.; ACKERMAN, Maria das Graças G. Considerações sobre o fenômeno urbano no Brasil. **Revista Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 83-94, jan./mar. 1973.

SORJ, B.; ARAUJO, A. B. A mulher na sociedade de classes: um clássico dos estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e76729, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/76729>. Acesso em: 24 out. 2022.

TEIXEIRA, C. F.; ZORGETZ, E. **Puxando um fio solto**: reprodução na periferia no epicentro da pandemia. 2020. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2020/04/14/puxando-um-fio-solto-reproducao-na-periferia-no-epicentro-da-pandemia/>. Acesso em: 29 out. 2021.

VOGEL, L. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013.



Como referenciar este artigo

IASULAITIS, Sylvia; GUIMARÃES, Gustavo. A simbiose periférica: Gênero e dependência no pensamento de Heleieth Saffioti. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, e022028, 2022. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27i00.15818>

Submetido em: 17/05/2022

Revisões requeridas em: 24/06/2022

Aprovado em: 22/07/2022

Publicado em: 21/12/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

